

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ARGENTINA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

Eixo 5 – Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.
Kelly Leticia da Silva Sakata, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e-mail: kelly.sakata@uems.br
Edilane Mendes Oliveira, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e-mail: 06679977177@academicos.uems.br

Introdução

O objetivo do estudo consistiu em realizar um panorama das políticas educacionais de ação afirmativa referente ao acesso ao Ensino Superior no Brasil e na Argentina, analisando avanços, retrocessos e desafios a partir de uma perspectiva comparada. O problema que nos guiou, pode ser assim apresentado: Quais são as políticas educacionais de ação afirmativa que tratam sobre o acesso ao Ensino Superior como forma de inclusão social no Brasil e na Argentina? A discussão apresentada neste resumo expandido decorre de pesquisa desenvolvida no âmbito da iniciação científica internacional em ações afirmativas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a partir do Edital Suplementar Conjunto nº 03/2025-DRI/PROPPI/UEMS – Internacional Ações Afirmativas (PIBICin-AAF).

Vale ressaltar, a relevância da mobilidade acadêmica internacional realizada o que possibilitou a vivência no contexto educacional argentino, especialmente na Universidade Nacional de La Plata. Essa experiência contribuiu significativamente para aprofundar as análises, permitindo não somente o acesso a materiais e documentos, mas também a participação em grupos de pesquisa, aos eventos acadêmicos, como palestra e feira de ciências e as trocas de experiências com pesquisadores locais.



Desenvolvimento

Metodologia

A pesquisa adotou estudo comparado e ancorou-se no aporte teórico do materialismo histórico-dialético baseando-se, com estudos iniciais, o qual indica que a "consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam" (Gramsci, 1999, p. 103-104). Esse movimento ocorreu a partir de identificação realizada por meio de sítios governamentais e institucionais (orientando) e análise (orientador e orientando) de programas e documentos normativos nacionais e no contexto da Argentina.

O estudo foi aprofundado em duas Universidades, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no Brasil e a Universidade de La Plata – UNLP na Argentina, por meio de documentações identificadas no momento de intercâmbio na Argentina. A fundamentação desta análise, utilizou os estudos dos autores como: Gramsci (2016); Celine de Souza (2006); Marcarini (2023).

Para além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico no Banco de periódicos da Scielo sobre a temática no contexto dos dois países. Este movimento visou identificar quais pesquisas foram desenvolvidas sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Argentina. Houve estudos por meio do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas, Formação de Professores, Diversidade e inclusão (GEPEFORDI) na Uems Maracaju e encontros no Grupo de Pesquisa IdICHs na Universidade de La Plata - UNLP (Argentina) tendo como supervisora a professora Emília de Piero.

Referencial teórico

No recorte recente das políticas de ação afirmativa no Brasil observa-se um crescimento quantitativo significativo na reserva de vagas em instituições públicas, especialmente a partir de 2024. Nesse ano, o processo seletivo do Sistema de Seleção



Unificada (SiSU) ofertou 264.360 vagas em instituições públicas de ensino superior, das quais 121.750 foram destinadas às políticas de ação afirmativa, correspondendo a aproximadamente 53% do total de vagas disponibilizadas (Brasil, 2024). Esses dados evidenciam a consolidação da política de reserva de vagas como mecanismo central de ampliação do acesso ao ensino superior público, uma vez que mais da metade das vagas ofertadas nas instituições federais já se encontrava vinculada às diferentes modalidades de cotas, articuladas também às políticas próprias adotadas por algumas universidades estaduais.

Nos anos subsequentes, observa-se a continuidade da ampliação dessas políticas, culminando em 2026 com o maior número de vagas já registrado no ensino superior público por meio do SiSU. Nesse ano, foram ofertadas aproximadamente 274 mil vagas em 136 instituições públicas, das quais cerca de 148,9 mil (54,3%) foram destinadas às ações afirmativas (Brasil, 2026). Esse quantitativo representa um recorde histórico de vagas reservadas, demonstrando a expansão e consolidação das políticas de ação afirmativa no acesso ao ensino superior público brasileiro no período recente, tanto em universidades federais quanto em institutos federais e em parte das universidades estaduais que aderem ao sistema ou mantêm políticas institucionais similares.

Os autores Rovelli e Suasnabár (2015), nos apontam que:

> La configuración histórica de la educación superior en la Argentina está marcada por el predominio de la universidad pública hasta la mitad del siglo XX. Así, el origen de la universidad se sitúa en 1613 con la fundación de la Universidad de Córdoba en el período colonial, posteriormente en el período pos independentista se crea la Universidad de Buenos Aires en 1812 y en las primeras décadas del siglo XX se crean las Universidades de La Plata (1905) y de Tucumán (1914). En el contexto de la crisis del orden oligárquico y de democratización política, la Reforma Universitaria de 1918 establece los principios de autonomía y co-gobierno que progresivamente se constituye como identidad de la comunidad universitaria (Rovielli; Suasnabár, 2015, p.7)

A Argentina possui um sistema de ensino superior estruturado com o princípio da universidade pública gratuita e de livre acesso. Desde a Reforma Universitária de 1918, consolidou a ideia de autonomia universitária, com um forte vínculo entre universidade e

sociedade. Esse modelo ganhou fortalecimento com a gratuidade decretada em 1949 durante o governo de Juan Domingo Perón, que determinou e eliminou taxas acadêmicas nas universidades nacionais e permitiu a expansão do acesso para classes médias e populares. Desta maneira, "se consolida el modelo de acceso abierto a la universidad (sin restricciones ni exámenes de admisión) como un valor asociado a la democratización, concepción que se fortalece por la oposición estudiantil a las políticas restrictivas impulsadas por las dictaduras militares"(Rovelli; Suasnábar, 2015, p.7 a 8). Observa-se assim, que os dois países

> [...] têm processos históricos com diversas similaridades, em especial um aspecto central no século XIX: a orientação de políticas migratórias para europeus, com financiamento dos respectivos países, compondo um longo período de políticas de branqueamento, tanto da população como do imaginário social. Nos aspectos demográficos, o impacto na Argentina foi maior que no Brasil, guardando semelhança com os estados da região Sul brasileira, na qual a população branca é numericamente bastante superior à população negra, em relação a todas as demais regiões brasileiras, nas quais a população negra é numericamente superior (Loango; Silva. 2022, p.13).

Assim, a organização do ensino superior no Brasil e na Argentina apresenta semelhanças importantes principalmente com o objetivo de ampliar o acesso do ensino superior, mas ocorre em contextos históricos e políticos diferentes, isso faz com que cada país adote maneiras próprias de democratização universitária (Loango; Silva. 2022).

Resultados e discussão

Para a discussão, realizou-se levantamento no Banco de Dados da SciELO com as palavras chaves: *Ações afirmativas, Inclusão; Ensino Superior e Argentina*. Para tanto, utilizamos como filtro "Educação" e sem recorte temporal. O resultado da busca foi: 141; 1.108; 4.641; e 233, respectivamente. Após a leitura dos resumos, selecionou-se para a análise: 13; 10; 15; e 4 artigos, assim, um total de 42 artigos foram escolhidos para o estudo da presente pesquisa. A partir das análises, indicamos três grandes eixos de análises, observadas no quadro abaixo:

QUADRO 1: ANÁLISE DOS TRABALHOS IDENTIFICADOS: 2026

PAÍSES X EIXOS DE ANÁLISE	BRASIL	ARGENTINA
METODOLOGIAS PREDOMINANTES	A principal abordagem metodológica identificada nos trabalhos é a qualitativa, com forte incidência de análise documental de normativas institucionais e legislações nacionais. Observou-se também o uso recorrente de estudos de caso e pesquisas exploratório-descritivas. No campo dos impactos quantitativos, destacam-se estudos que utilizam estatística descritiva e análise de séries históricas de dados institucionais (como os do INEP e censos da educação superior) para comparar taxas de evasão e desempenho acadêmico.	
PRINCIPAIS RESULTADOS	Desempenho Acadêmico: os estudos convergem para a conclusão de que estudantes cotistas apresentam desempenho acadêmico similar aos não cotistas, superando-os, em alguns casos, nas taxas de diplomação. Efeito na Estratificação Horizontal: A Lei de Cotas mostrou-se mais eficaz que a política de bônus para garantir o acesso de negros e estudantes de escola pública aos cursos mais seletivos (como Medicina e Direito), reduzindo desigualdades internas nas instituições.	Diferenças Regionais: Na Argentina, os resultados indicam que, apesar do ingresso ser livre e gratuito, a seletividade ocorre durante o curso, gerando altas taxas de evasão no primeiro ano.
	Desafios da Permanência: A pesquisa aponta que o acesso não garante a conclusão. A evasão permanece como um desafio central, muitas vezes vinculada à falta de condições materiais (transporte, alimentação) e ao preconceito racial.	
PROGRAMAS IDENTIFICADOS	O foco reside em políticas seletivas e focalizadas de justiça social reparatória, materializadas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e em programas complementares como o PROUNI e o FIES	A lógica é a do direito universal, fundamentada na Lei de Educação Superior nº 24.521/1995, que garante a gratuidade e o ingresso livre (sem vestibular) . Na ausência de cotas raciais estruturadas nacionalmente, o país foca sua assistência na permanência por meio de bolsas como o programa PROGRESAR.
	Enquanto o Brasil "regula" a entrada para incluir, a Argentina "abre" a entrada e tenta sustentar a trajetória social do estudante	

Fonte: As autoras, com base no levantamento bibliográfico

No que se refere ao arcabouço normativo que orienta as políticas de ações afirmativas e de democratização do ensino superior, observa-se que, no Brasil, a organização dessas ações está ancorada principalmente na Constituição Federal de 1988,

na Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), no Decreto nº 7.824/2012, na Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e em políticas complementares de acesso e permanência, como o ProUni, o FIES e o PNAES.

Na Argentina, por sua vez, o sistema é regido sobretudo pela Lei de Educação Superior nº 24.521/1995, posteriormente modificada para reafirmar a gratuidade do ensino público, além de programas de assistência estudantil, como o PROGRESAR, que atuam na permanência. A partir desses marcos legais, evidencia-se que, embora ambos os países busquem ampliar oportunidades educacionais, estruturam seus sistemas sob princípios distintos: o Brasil com políticas focalizadas de inclusão e a Argentina com a universalização do acesso, esses e outros aspectos podem ser melhor visualizados por meio do quadro abaixo:

QUADRO 2: ASPECTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASIL E ARGENTINA

Aspectos	Brasil	Argentina
Existência de políticas nacionais de ação afirmativa	O Brasil possui políticas nacionais estruturadas de ação afirmativa para ampliar o acesso e a permanência de grupos historicamente marginalizados no ensino superior.	Não há política nacional estruturada de ação afirmativa no ensino superior. As iniciativas de inclusão são pontuais e dependem da autonomia das instituições universitárias.
Base legal principal (nível federal)	Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas); Decreto nº 7.824/2012; Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial); Lei nº 11.096/2005 (ProUni); Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; Decreto nº 7.234/2010 (PNAES).	Ley de Educación Superior nº 24.521/1995.
Públicos-alvo das ações afirmativas	Pessoas negras (pretos e pardos), povos indígenas, comunidades quilombolas, estudantes de baixa renda, egressos de escola pública, pessoas com deficiência e, em algumas políticas institucionais, mulheres e outros grupos em situação de vulnerabilidade social.	Não há definição nacional de públicos-alvo específicos. Algumas universidades desenvolvem programas próprios voltados a povos indígenas, afrodescendentes ou estudantes de origem popular.

Principais mecanismos adotados	Reserva de vagas (cotas), critérios diferenciados de seleção, bolsas de estudo (ProUni) e programas de assistência e permanência estudantil.	Acesso formalmente aberto e gratuito nas universidades públicas; bolsas e programas de apoio estudantil definidos por cada instituição.
Abrangência institucional	Obrigatória nas universidades e institutos federais; parte das universidades estaduais adota políticas próprias.	Autonomia universitária para definição de políticas de inclusão.
Objetivos das políticas	Democratizar o acesso ao ensino superior, reduzir desigualdades sociais e raciais e promover justiça social.	Garantir o acesso universal ao ensino superior público e desenvolver iniciativas institucionais de inclusão social.
Políticas de permanência	Programas nacionais de assistência estudantil asseguram condições de permanência dos estudantes beneficiários das ações afirmativas.	Políticas de permanência variam conforme cada universidade.
Caráter das políticas	Regulamentadas por legislação federal e de aplicação obrigatória no sistema federal de ensino superior.	Predominantemente voluntárias e institucionais.
Situação geral	Política consolidada como estratégia de inclusão educacional e justiça social.	Modelo centrado no acesso livre à universidade pública, com debate crescente sobre a ampliação de ações afirmativas.

Fonte: As autoras, com base em sítios governamentais.

A comparação entre os dois contextos revela que, embora Brasil e Argentina compartilhem o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior, os caminhos adotados diferem significativamente. No caso brasileiro, a democratização ocorreu por meio de políticas compensatórias e focalizadas, concebidas para enfrentar desigualdades estruturais e promover maior representatividade social nas universidades. Já na Argentina, a estratégia baseia-se no princípio do direito universal à educação superior, sustentado pela gratuidade e pelo acesso aberto, sendo as políticas de permanência o principal mecanismo de inclusão efetiva.



Considerações finais

Identificou-se que apenas garantir o acesso não é suficiente para a democratização do Ensino Superior, sendo necessário fortalecer políticas para os estudantes permanecerem, já que muitos estudantes ainda enfrentam dificuldades para concluir seus cursos. Diante disso, a comparação entre Brasil e Argentina mostrou que os dois países buscam um lugar de mais oportunidades para o ensino superior, mas de formas diferentes. O Brasil utiliza políticas de cotas e programas específicos para garantir o acesso, enquanto a Argentina trabalha com o acesso mais aberto e gratuito, porém focando mais em políticas de permanência. Concluímos que as ações afirmativas são fundamentais para tornar o ensino superior mais justo e acessível, mas ainda existem desafios que precisam ser enfrentados para garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos.

Referências bibliográficas

ARGENTINA. **Ministerio de Educación de la Nación**. Becas PROGRESAR. Buenos Aires: Gobierno de la República Argentina. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/educacion/progresar, Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia, Volume 1**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LOANGO, Anny Ocoró; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. *Igualdade racial e ações afirmativas na Argentina e Brasil*. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 43, 2022.

SUASNÁBAR, Claudio; ROVELLI, Laura Inés. Ampliaciones y desigualdades en el acceso y egreso de estudiantes a la Educación Superior en la Argentina. **Revista Educação & Sociedade, Campinas**, v. 27, n. 3 (81), p. 81–104, set./dez. 2015.